



# VILAVERDENSE

P

Composto e Impresso  
Escola Tipográfica da Oficina de S. José  
Rua do Raio Telefone 22634 BRAGA

QUINZENÁRIO REGIONALISTA

VISADO PELA CENSURA

AVENÇA

<p>PROPRIEDADE Conf.ª de N.ª S.ª do Alívio VILA VERDE</p>	<p>Director, Administrador e Editor Severino P. Fernandes PRADO</p>	<p>Redacção e Administração Vila de Prado - PRADO - Tel. 92123 (Horário: das 13 às 19 horas)</p>	<p>ASSINATURAS Continente, 25\$00. Ultramar e Brasil, 14\$500. 60\$00. França e outros países, 70\$00 Outros países, 16\$500. As assinaturas são pagas adiantadamente</p>
---	---	--	---

## ALIQUIS "Passaporte dos Padres"

Numa revista, que para aí se publica na cidade de Braga, de vez em quando, ainda em transcrição num quinzenário de Melgaço, célebre pelas suas continuas e infundas questões, Júlio Vaz, vem, novamente, escrever sobre a já enfadonha questão de «Os passaportes dos padres». Como tenta, por qualquer modo, uma saída aparentemente airosa para o descalabro das inexactidões, e outras insinuações, que escreveu contra o seu «bispo», vamos dar-lhe a última resposta. Pensava, talvez que escrevia o que lhe apetecia, porque «O Vila-verdense», suspenso, não lhe vinha a responder.

Escreve: «Aliquis pretendeu justificar a sua atitude. De que maneira? Dizendo que os que falam dos «passaportes dos padres» queriam atacar o Prelado da Diocese... Mas quem atacou o Prelado da Diocese? Afirmá-lo, é não saber ler o que escrevemos. Este problema levantou «Aliquis». Cabe-lhe, pois, toda a responsabilidade. Mas como pode «O Vila-verdense» defender o Prelado, que ninguém atacou?»

No infeliz escrito da secção «Religião e Vida», do Jornal de Notícias, de 5 de Fevereiro de 1971, afirma: «O problema é este: nos distritos de Braga e Viana do Castelo, o padre tem os seus direitos cívicos coarctados. Assim, não pode tirar o seu passaporte sem licença do bispo, pois que assim lhe é exigido. Qual a razão legal que inferioriza o padre na sua dignidade de padre e, ainda, como homem e como cidadão? A exigência será consequência de pedido do bispo da diocese? Mas quem conferiu à autoridade religiosa capacidade para intervir em problemas civis?...» a Secretaria Arquiepiscopal arrogasse direitos que são da competência exclusiva do poder civil. Mais. Está em contradição flagrante com a doutrina expressa pelo Vaticano II...» Então, não será um ataque a acusação feita a um Bispo de, por si, ou pela sua Secretaria Arquiepiscopal, assumir

atitudes de suposta opressão dos direitos cívicos dos padres, e de arrogar-se poderes que só competem à Autoridade Civil; de proceder contra as normas do Vaticano II?

E haverá quem de bom senso não veja nisto um ataque directo ao seu Prelado, demais, sabendo-se que os factos estão deturpados, como o esclareceu a carta do senhor comendador doutor Bacelar Ferreira, Secretário do Governo Civil de Braga, e o cartão e carta do então Governador Civil de Viana do Castelo, senhor doutor Araújo Novo, que publicámos, nos números 371 do «O Vila-verdense», de 28 de Fevereiro de 1971, e Documentos e Testemunhos, n.º 374, de 18 de Abril de 1971?

Apresenta a tal «licença» como opressão do clero da Arquidiocese de Braga, a pedido do Bispo, na passagem dos passaportes, quando era uma simples informação que os Governos Cívicos, em vez de a pedirem às autoridades policiais, acharam mais respeitosa obtê-la dos Prelados das Dioceses. Insinua o caso como só existente na Diocese

de Braga e como do actual Bispo. Provámos que se estende, pelo menos, e desde há largos anos, às Dioceses de Lisboa, Leiria, Coimbra e Porto. Gaba-se um dos números do tão tristemente célebre jornal «A Voz de Melgaço», de que é Director Júlio Vaz, de ter dado uma sova aos cinco canonistas colaboradores do Prelado da Diocese, dizendo textualmente «foram buscar lá e vieram tosquiados...» (A Voz de Melgaço n.º 466, de 1 de Fevereiro de 1971) Presunção e água benta, cada um toma a que quer!...

Ufana-se de que o seu escrito do «Jornal de Notícias», citado, «Teve larga repercussão nos órgãos de informação, incluindo a Rádio;...» Não foi nos órgãos católicos de informação, mas no Rádio Clube Português e no jornal «A Capital», que se fizeram eco de uma censura dos Rotários de Viana do Castelo, contra a falsa opressão do clero pelo Prelado de Braga, na passagem de passaportes. Sendo as interpretações alaiavas contra o Prelado da Diocese, porque, na primeira carta-resposta que nos escreveu e que publicámos no n.º 371, de «O Vila-verdense», de 28 de Fevereiro de 1971, não pôs a clara a intenção de não atacar o seu Prelado? Pelo contrário, procurou defender a exclusividade do caso para a Arquidiocese de Braga. Só agora, depois de tanto se ter escrito, é que vem esclarecer não querer ofender o Prelado. Acusa-nos, mas, só agora, de não sabermos ler o que escrevemos... Sabêmo-lo demasiado. Até lemos nas suas entrelinhas com os antecedentes e consequentes. Possuímos documentos a esse respeito e provas testemunhais extraordinárias e concludentes. É que os ventos viraram. O seu procedimento e do seu grupo para com o Prelado está a resultar ao contrário do que esperavam. Já é tarde.

(Continua na pág. 3)

## Parada de Gatim no século XVIII

### Documentos inéditos

#### O «Livro de usos e costumes»,

por António de Sá

Vimos (1) qual a maneira de proceder, no século XVIII, aquando da nomeação dos oficiais da Confraria do Subsino de Parada de Gatim.

Tratava-se duma confraria destinada a ajudar o pároco na manutenção e administração das coisas estritamente destinadas ao serviço da igreja paroquial. Talvez não ficasse mal designá-la até por *corporação fabriqueira*.

Era muito antiga a confraria do subsino de Parada de Gatim. Remontava já ao séc. XVI. A primeira vez que nos aparece expressamente nomeado, como organização com estatutos próprios, é no ano de 1598, aquando da visitação de 10 de Julho, feita pelo cônego Licenciado Alvaro Soares. Recomendava-a este aos fregueses, com as seguintes palavras: «que todos ande na confraria do subsino e guarde seus estatutos e obedeça ao juiz e mais oficiais dela» (2). Mas deve ser muito mais antiga a tal confraria, tanto mais que, já em 1581, se refere, por lado a *confraria do nome de Deus*, esta puramente de devoção, e pelo outro a *confraria*, sem mais, e em que esta é tomada com a acepção de

entidade de serviço, com atribuições que de algum modo lembram o que acima se afirmou (3).

Vejam agora o texto que enuncia quais as atribuições do Juiz da dita confraria:

(Continua na pág. 4)

### Dr. Mário José Lopes de Carvalho

Por força da lei, atingido pelo limite de idade, no próximo mês de Julho, deixa as funções de chefe da Secretaria Notarial de Vila Verde, o sr. Dr. Mário José Lopes de Carvalho. Exerceu essas funções durante quarenta e três anos.

Nele, encontrou o povo deste Concelho e todos os que estão ligados à jurisprudência e aos serviços públicos um funcionário superior, cuidadoso, escrupuloso, cheio de atenção, de honestidade; desvelado pelos interesses de todos os que necessitavam da Repartição Notarial.

Acompanhado do sr. Luiz Armindo da Mota Lopes um notário de excepcional envergadura e persoa

(Continua na pág. 4)

## Banco Fonseca & Burnay

No dia 18 de Julho, faz três anos que o Banco Fonseca & Burnay abriu na Sede do Concelho de Vila Verde, uma Agência. Instalou-a num edifício, que

veio dar ao nosso meio um ambiente de grandeza, de confiança no progresso local. Desde então, é notório o progresso desta região, até aí um acanhado meio rural, que parecia sem perspectivas.

Ao «O Banco para toda a gente» os vilaverdenses chamam, com justa razão, o seu Banco. Confiaram e continuam a confiar nele todas as suas economias. Os emigrantes sabem que os seus familiares recebem em suas casas, nas aldeias mais remotas, as visitas dos agentes deste Banco, solícitos, sérios. As dificuldades das transacções bancárias e os intermédios sociais desapareceram.

Os vilaverdenses dispersos pelo país também dão a preferência nas suas transacções ao Banco que veio iniciar o progresso económico do seu Concelho e desta vasta região à sua volta.

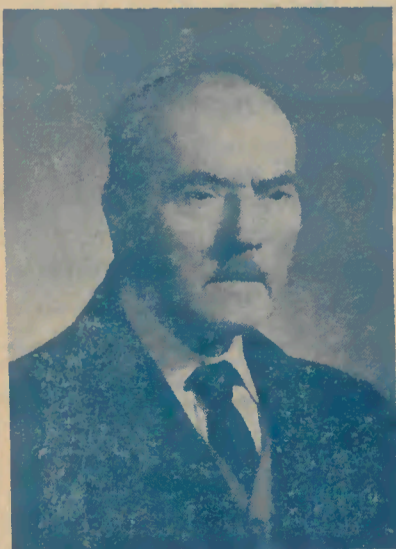
Estes três anos, que continuam a ser de contínuo aumento do movimento da Agência do Banco Fonseca & Burnay, em Vila Verde, demonstram que o povo vilaverdense, disseminado por diversas partes do mundo, tem neste Banco um precioso auxiliar ligado à sua terra.

Banco sólido com um milhão de contos de fundos, teve em 1970, o activo de..... 27 746 681 420\$70.

(Continua na pág. 4)

### O VILAVERDENSE

## Gualdino António Correia



Gualdino António Correia

Estas terras de Vila Verde espalharam, desde há séculos, valores extraordinários por esse Portugal. O nosso meio rural deu-lhes uma alma própria e um sentido de vida, firmado nas agruras e dificuldades. Radicou-lhes uma ânsia de vencer.

O vilaverdense encontra-se nos mais longínquos recantos dos continentes, aonde os vai visitar, como uma saudação em família o nosso jornal «O Vila-verdense».

São inúmeras as empresas nacionais e estrangeiras, de vulto e mais humildes, espalhadas, onde há o génio do vilaverdense exaltado porque as suas honras comunicam-se a toda a grande família concelhia, que não se confina ao 40 000 habitantes que habitam os seus limites territoriais. Temos uma presença enorme, honrosa, nas terras de Portugal e no mundo.

Um dos muitos exemplos do génio do vilaverdense. Em Braga, o seu Grémio do Comércio, a representação da cidade, com o seu ilustre Governador Civil, prestou diversos actos públicos de homenagem a Gualdino António Correia, proprietário da Livraria e Papelaria Gualdino Correia, estabelecimento importante, da Rua do Souto. Não foi só ser o comerciante mais antigo da cidade de Braga, mas principalmente, pelas suas elevadas qualidades

## "A VOZ DE MELGAÇO"

O último número da Revista «Acção Católica», órgão oficial da Arquidiocese de Braga, publica um Decreto do senhor Arcebispo Primaz, que obriga o quinzenário «A Voz de Melgaço», de que é Director o P.e Júlio Hilarião Vaz, a retirar do título, o nome de «católico».

Esse decreto justifica essa imposição, nas atitudes públicas desse quinzenário, na sua recusa em acatar as normas do jornalismo católico e as ordens transmitidas pela competente Autoridade Eclesiástica.

## "Balão Vermelho"

Apareceu agora, ao terminar as actividades circulo-escolares da Escola Preparatória de D. João de Aboim, o primeiro número de «Balão Vermelho», um jornal cheio de cor e vida, e de juventude, que muito gostamos de ler.

Os redactores das oito páginas do sugestivo jornal são os próprios alunos, coordenados por um «cérebro» que lhes dá todo o sentido de responsabilidade. Os nossos parabéns, sobretudo ao seu ilustre Director e à preciosa equipa de trabalho que o rodeia.





# ? ALIQUIS

(Continuação da 3.ª pág.)

Civil, estava o distinto Juiz Conselheiro Dr. Francisco Carcavelos, que conhecia bem os factos e as pessoas; ninguém com ele conseguia levar a melhor com políticos.

Nos tribunais confessionais e políticos, estes caronéis conseguem frequentemente singrar e esmagar.

Mas o povo soube sempre fazer, neste caso, inteira justiça. O senhor doutor Machado Vilela, ilustre Provedor, afastou esse indivíduo da Mesa da Misericórdia, por causa dessas irregularidades graves. Porém o Tribunal Eclesiástico de então, enleado por forças, que não pôde dominar, proferiu uma sentença condenatória e infeliz. Não queremos discutir a integridade dos Tribunais políticos e confessionais:

Essa sentença é datada de 25 de Dezembro de 1950. Depois de agravos e recursos, o sr. D. António Bento Martins Júnior, Arcebispo Primaz, em 10 de Dezembro de 1953, ordenou ao Chanceler da Cúria que passasse o seguinte documento, dentro dos cânones 1905, 1906 e 1907, por julgar a sentença proferida em condições anormais, criadas por condições externas ao Tribunal.

«Eu abaixo assinado, Dr. Aires Ferreira, Chanceler da Cúria Arquiepiscopal de Braga e Secretário da Câmara Eclesiástica, certifico para os devidos efeitos que: o Reverendo Presbítero Manuel Gonçalves Diogo, actualmente pároco de Vila Verde, é sacerdote digno, cumpridor e exemplar e tem desempenhado os cargos que lhe têm sido confiados com aprumo, dinamismo e força de vontade, em proveito da Igreja Católica, nada havendo em desabono nesta Cúria, onde é muito considerado. Para constar, passei a presente certidão que assino. Câmara Eclesiástica de Braga, 5 de Junho de 1952. (e dois) a) Dr. Aires Ferreira». Segue-se a autenticação com o selo branco da Cúria.

(A publicação deste documento foi autorizada por despacho do Reverendíssimo Ordinário da Diocese de 25 de Junho de 1971).

Possuímos ainda um documento devidamente autenticado, cópia de um outro enviado à Cúria Arquiepiscopal de Braga, de 30 de Março, de 1966, em que o senhor Cônego Domingos Peixoto da Costa e Silva, faz a retractação dos depoimentos que prestou nesse processo, e diz expressamente:... «os depoimentos foram prestados por estar completamente enganado quando à vida e afirmações do...» — (cita o nome do pobre que Júlio Vaz arrancou ao silêncio dos mortos, para ver se os seus fantasmas o socorrem nesta aflicção).

## O VILAVERDENSE

### Gualdino António Correia

(Continuação da página 1)

profissionais, de carácter, e honradez, de fino tacto social.

Nasceu em Aboim da Nóbrega, nas terras altas do nosso Concelho, em 1885. Menino, veio estudar e educar-se no Colégio de S. Caetano, em Braga, donde então saíram elementos de elevado valor espalhados pelo país. Deste Concelho, nessa geração destacamos os vilaverdenses aí educados. — O P.e Francisco Galvão e Manuel Joaquim Galvão.

«Fogos trouxeram a par de uma educação para a vida, também uma esmerada arte de

Para terminar. Não queremos deixar de salientar as atitudes de Júlio Vaz e de outros seus colegas. Recorrem aos Tribunais civis e eclesiásticos, a esmo, numa sofregidão, como quem, ao afogar-se, se agarra a uma tábua que pode ser de salvação, ou então para manter um ambiente de espectacular. Os jornalistas ao defenderem-se do bico das penas, pedindo socorro aos Tribunais, dão impressão de caídos. Já não confiam na sua pena, na lucidez da sua inteligência e força das suas razões, no Tribunal da opinião pública, que está com ambas as partes litigantes, para fazer justiça. Jornalista a recorrer aos Tribunais nas suas polémicas? Parece um contra-senso.

Noticiaram, nos seus jornais, que «O Vilaverdense» estava suspenso. Continua a publicar-se. Chegaram à atitude, debaixo das sanções legais, de publicarem parte de uma sentença do Tribunal Civil, quando ainda não tinha sido notificada, nem transitada em julgado, ainda sob as reservas legais de segredo. Refere-se ao nosso jornal.

Agora o senhor Júlio Vaz transcreve textualmente parte duma sentença do Tribunal Eclesiástico de Braga, cuja publicidade nunca foi autorizada, apesar de ter sido impressa e espalhada, criminosamente pelo falecido autor. Que Deus lhes perdoe!... depois de tanto o ter castigado no fim da vida. Medite nisso, Júlio Vaz e a sua clã. Mas chamamos a atenção do Reverendo Promotor da Justiça da Arquidiocese para o crime

## VILA DE PRADO

### Electricidade

A conversa do «dia» é a transformação da rede eléctrica que a Chenop está a levar a cabo nesta vila. Tudo se vai transformando com uma visão de futuro. Está certo que, para o futuro, não o haverá problema de electricidade nas casas e nas indústrias. Prado, pode, assim, chamar a si as atenções de muitos industriais, rasgando-se a esta Vila novos horizontes. Se for o mesmo critério para toda a freguesia, como o foi para o lugar do Faial e Portelo (primeiras linhas transformadas) podemos dizer que Prado ficará transformada em «parque alegre».

A Chenop continua os seus trabalhos e bom será que toda a freguesia preste o máximo de colaboração para que a transformação da rede eléctrica se processe no mais curto prazo de tempo.

### Casamentos

No dia 3 de Junho contrairam

saber seguir através das dificuldades.

Gualdino Correia ocupou o lugar de Director Interino do Colégio; depois trabalhou na Livraria Cruz e na Globo onde foi associado. Finalmente estabeleceu-se, honrando o Comércio de Braga, não só pela sua idade, mas, sobretudo, pela ética da sua vida particular e pública.

Foi um dos maiores paladinos da Escola de Música Sacra de Braga, associando-se a grupos de música litúrgica, e editando muitas obras dessa música.

O Concelho de Vila Verde, associa-se às homenagens públicas, que lhe foram prestadas, através do nosso jornal.

praticado por Júlio Vaz, à face do direito canónico. O crime é público.

Será que tudo está esclarecido?... Júlio Vaz alimenta estas fogueiras perpetuamente. Aguardemos onde tudo isto vai parar!...

É verdade que o jornal «O Notícias de Melgaço» n.º 1775, de 25 de Abril de 1971, classifica o jornal «Voz de Melgaço», de cabeçalho-

-católico de que Júlio Vaz é Director: como «onde tem permitido toda a espécie de injúrias e difamações como é do conhecimento de todos os Melgacenses. Bem prega Frei

«P. S. — A quem nos recomende cuidado com o escândalo ao apresentar estes factos, respondemos com palavras do Cardeal-Primaz, de Toledo, escritas para o «Dia Mundial dos Meios de Comunicação» deste ano: «Algumas vezes temos medo à verdade, quando a Escritura afirma que a verdade nos fará livres. Não esqueçamos que já mais se defende eficientemente uma causa com reticências nem mentiras. Mesmo os factos que de momento possam escandalizar a alguns perdem a sua força demolidora, quando se expõem com lealdade, com prudência e com verdade»...

Com o famoso cônego José Maria Gomes, diremos: «Poderão dizer que os increpo com dureza e acrimonia, por momentos, sem dó nem piedade; não poderão dizer que me valho de falsidades...»

## Parada de Gatim no século XVIII

### Documentos inéditos

(Continuação da 1.ª pág.)

#### CAPÍTULO II

Da obrigação do Juiz e mais oficiais

Será obrigado o Juiz tanto que tomar juramento a cuidar em sua obrigação e querendo fazer foral para qualquer coisa que necessário seja, mandará ajuntar os fregueses no lugar do foral, mandando-lhes dar recado pelos mordomos e aos que faltarem condená-los em vinte reis, e os mordomos que não obedecerem serão condenados em cin-

quenta reis. Será também o Juiz obrigado a assistir em todas as junções públicas da freguesia, como são: rezas, clamores, procissões, enterros e forais, para tomar conta dos que faltarem, condenando-os em vinte reis. E quando o Juiz não possa assistir, assistirá o homem bom da outra parte, e sendo este também impedido, será o outro homem bom. E todo aquele que rejeitar o pegar no esquife para levar os cadáveres à sepultura, o poderão condenar em um arrátel de cera, como sempre foi costume. Será mais outrossim obrigado a mandar reparar a igreja e retelhar e tudo o mais que for necessário. Será advertido o Juiz a não fazer obras de novo sem primeiro o dar a saber à freguesia, para verem se são justas, e o que fizer o contrário, para se fazer as obras da igreja as fará à sua custa. E o dinheiro sairá das covagens e condenações. Será também obrigado o Juiz a mandar dizer no seu ano doze missas pelos vivos e defuntos desta freguesia e benfeitores dela, e estas as dirá o Reverendo Pároco por esmola de oitenta

reis cada uma e não as querendo dizer o Reverendo Pároco, as mandará dizer o Juiz por quem lhe parecer. E sairá a esmola para estas missas das covagens, e foros e condenações e quando não haja destes se lançará à freguesia na finta da cera, e o arrecadará o mordomo da cera.

Tal como acontece com o primeiro, assim acontece com este segundo capítulo. Decorreram já duzentos anos sobre estes costumes e daquilo que então existia pouco resta hoje em dia. Enquanto era sobre outrora anual a nomeação do Juiz, por exemplo, hoje já assim não sucede. Manteve-se, é certo, e isto nos parece, sem dúvida, essencial, o costume de a confraria assegurar a celebração da quele número de missas em cada ano, sendo contudo diferente a provisão do dinheiro para o estipêndio a dar ao celebrante.

(1) «O Vilaverdense», n.º 377, de 30 de Maio de 1971

(2) Capítulos, fl. 38 v

(3) *Ib.*, fls. 15, 16 v e 17.

Lisboa, Junho de 1971.

## Dr. Mário José Lopes de Carvalho

(Continuação da página 1)

nalidade — a Secretaria Notarial de Vila Verde alcançou-se a um prestígio extraordinário na vida pública desta Comarca.

O sr. doutor Mário de Carvalho é uma pessoa muito estimada e considerada. Nasceu em Vila Verde, onde exerceu sempre as suas funções depois da formatura em Coimbra. Acompanhou a agitada vida pública desses anos, sempre sereno,

dentro dos seus princípios, sem nunca se envolver em questões. Sempre muito leal, respeitador e respeitado por todos quantos com ele lidavam. Foi um dos grandes animadores do antigo clube dos caçadores de Vila Verde, que constituiu um grande centro de desporto, animador da vida pública local. Desportista exímio, na caça e no tiro de stand, entrou em várias competições onde alcançou diversos prémios de valor. A sua modéstia para consigo mesmo foi sempre notória. A homenagem que um grupo de amigos, lhe vai prestar num almoço a realizar-se, em Vila Verde, no dia 18 de Julho, é contra a sua expressa vontade, mas não pode deixar de realizar-se.

O nosso jornal, que sempre encontrou no senhor doutor Mário de Carvalho um grande amigo e na sua Repartição a melhor colaboração e ajuda, associa-se inteiramente a esta significativa homenagem. Lamentamos não podermos conseguir uma fotografia do ilustre homenageado.

## Exposição de Trabalhos na Escola Preparatória

### D. João de Aboim — DE VILA VERDE

Foi aberta ao público a exposição de trabalhos dos alunos da Escola Preparatória de Vila Verde que apresenta curiosos e interessantes trabalhos de Desenho, Trabalhos Manuais Femininos e Masculinos e ainda outros relacionados com os «Centros de Interesse» de colaboração com todas as disciplinas o que este ano se subordinaram ao tema «Vestuário e Transportes».

Têm visitado a exposição familiares de alunos e muitos Vilaverdenses que se mostram maravilhados com a apresentação dos inúmeros trabalhos elaborados com tanto gosto. Está, pois, de parabéns, a Escola Preparatória D. João de Aboim!

A exposição estará patente ao público até ao fim do corrente mês.



José Manuel dos Santos

O dia 8 de Julho é sempre um dia de festa para a «Casa Santos» de Vila Verde pois o seu ilustre proprietário, sr. José Manuel dos Santos, completa mais um aniversário e este ano já é o 68.º. Está de parabéns! Os seus empregados, que lhe votam a maior consideração e estima, desejam-lhe nesta data muitas felicidades e mandam celebrar uma Missa de Acção de Graças, na Igreja Matriz.

Muitos parabéns.